

PATRÍCIAS DE ANTANHO: AS RESSONÂNCIAS DOS DISCURSOS EUGÊNICOS NA OBRA “BELLEZA CUYABANA” DE JOSÉ DE MESQUITA (1928)

PATRICIAS OF YORE: THE RESONANCE OF SPEECHES EUGENIC AT WORK “BELLEZA CUYABANA” OF JOSÉ DE MESQUITA (1928)

Mayara Laet Moreira
mayara.laet@hotmail.com

Kamila Laet Moreira
kamilalaet_28@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um olhar sobre o projeto político de civilização, modernização e nacionalidade, que se espalhou pelo Brasil entre as décadas de 1920 e 1940. Analisa, como objetivo principal, as ressonâncias do discurso eugênico e do projeto de regeneração racial na crônica *Belleza Cuyabana* (1928), de José de Mesquita. Aponta algumas facetas desse processo na cidade de Cuiabá e, sobretudo, evidencia sua rede de funcionamento – produção, reprodução, circulação –, que permite dar continuidade às conexões potenciais. Para tanto, utiliza algumas ferramentas foucaultianas, como é o caso de conceitos como biopolítica, regime de verdades, discurso, normalização e poder-saber.

Palavras-chave: biopolítica, beleza cuiabana, José de Mesquita.

Abstract: This article presents a look at the political project of civilization, modernization and nationality, which spread across Brazil between 1920 and 1940. It analyzes the main objective, the resonances of the eugenics speech and racial regeneration project in chronic *Belleza Cuyabana* (1928), José de Mesquita. Points out some facets of this process in the city of Cuiabá and, above all, shows its operating network – production, reproduction, circulation – which allows to continue the potential connections. To do so, use some concepts proposed by Foucault, as biopolitics, regime of truth, speech, standardization and power-knowledge.

Keywords: biopolitics, cuiabana beauty, José de Mesquita.

Introdução

José de Mesquita, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1913, escreveu inúmeras crônicas, poemas, contos, artigos, ensaios, textos jornalísticos e historiográficos. De acordo com Oswaldo Machado Filho (2006)¹, Mesquita, como desembargador e historiador,

¹ MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006, p. 111.

[...] também ajudou a fundar a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico de Mato Grosso, do qual era membro. Como representante máximo da justiça mato-grossense, representou o estado, através do Tribunal de Justiça, em vários conclaves e encontros de nível internacional, como o Congresso Nacional de Direito Judiciário e a Conferência Brasileira de Criminologia, em 1936, além de ter sido correspondente de várias sociedades, com destaque aqui para o Instituto Genealógico Brasileiro.

De antemão, podemos conjecturar a influência exercida por Mesquita na elite cuiabana e no meio letrado em que circulava, como também, sua importância atual para os/as pensadores/as da historiografia mato-grossense. Afinal, desde o início do século XX, alguns intelectuais, como o próprio Mesquita, procuraram organizar a nação brasileira, com a reprodução e imposição de ideologia nacional, objetivando modernizar, urbanizar, higienizar e educar a sociedade.

Machado Filho,² preocupado em analisar os temas que povoam sua obra, tais como, a eugenia, a hereditariedade, a degenerescência, a responsabilidade penal, o criminoso nato, acredita vislumbrar “a formulação mais bem acabada, no âmbito da intelectualidade mato-grossense, de um projeto político” que objetivava enquadrar e disciplinar toda a região,³ entrecruzando com o conhecimento que estava sendo produzido, reproduzido e circulado no Brasil do início do século XX.

É nesse sentido que o presente trabalho procura investigar um dos vários de seus escritos sobre o que chamaremos de “projeto de regeneração cuiabana”, por mais que difícil seja compreender as várias questões importantes levantadas por Mesquita ao longo de sua vida intelectual, sem a análise do conjunto de sua obra. Portanto, ao iniciarmos uma análise das ressonâncias do discurso eugênico em sua obra intitulada *Belleza Cuyabana*,⁴ do início do século XX, levantamos, a princípio, dois questionamentos importantes: o que vinha acontecendo no Brasil, desse período, que leva Mesquita a tracejar os dotes das “Patrícias de Antanho”? A partir de quais regiões do discurso, e sob que formas, a “beleza cuiabana” se tornou elemento para reflexão?

Sobre biopolítica, corpo e sexualidade

² Ibidem, p. 174-200.

³ Cf. MESQUITA, José Bernabé de. Evolução e Aspectos da Criminalidade em Cuiabá. Ed. fac-similar. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, v. 14, jul 1936.

⁴ MESQUITA, José Bernabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá, MT: Secretária Municipal de Educação e Cultura, 1978. (Cadernos Cuiabanos – 4).

Para a reflexão proposta lançamos mão de algumas ferramentas foucaultianas, nomeadamente a “categoria” biopolítica, o que implica em tencionar a potencialidade desta categoria para historicizar as relações existentes entre o discurso eugenista e as estratégias de governamento biopolíticas na construção da chamada “identidade nacional” e, conseqüentemente, o que podemos denominar de “identidade cuiabana”.

Michel Foucault nos revela pistas importantes sobre essas questões, ao teorizar a categoria de “biopolítica”⁵. Ao ampliar o espectro de sua análise, o filósofo introduz a questão da população, efeito da profunda transformação política no Ocidente no século XVIII. Em poucas palavras, tratava-se da transição de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar. Isto é, se outrora o soberano detinha o poder sobre o súdito, de causar sua morte ou de deixá-lo viver, agora estrategicamente vigora um poder que pretendia gerar e garantir a vida. Esse poder centra-se no “corpo-espécie”, nos seus processos biológicos, ao nível da população.

Nesses esquemas de controle, forma-se então uma política de regulamentação da população, de sua fecundidade, de seu nascimento, de sua longevidade, de sua vitalidade, de sua mortalidade. Para assegurar sua eficácia e distensão, são introduzidos instrumentos de intervenção nos espaços de sociabilidade, uma espécie de poder *normalizador* – controle policial, estatísticas, demografia, medicina sanitária, exame médico-legal –, como denomina Foucault (2014).

O funcionamento desses dispositivos, estruturados na relação entre saber e poder⁶, pode ser evidenciado no *Panótipo*, sistema arquitetônico idealizado por Jeremy Bentham, no século XVIII, que tinha como pretensão possibilitar a vigilância eficiente e permanente, de forma a punir e controlar o indivíduo, isso porque existe uma torre no centro desse espaço fechado e circular que permite visualizar todas as celas. Instituições como essa tinham por função fixar um aparelho normalizador sobre os indivíduos, lançar um olhar disciplinar que atua na constituição de indivíduos, tornando suas forças úteis economicamente e seu corpo dócil politicamente.

⁵ Sobre o conceito de “biopolítica”, cf. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014; _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002; _____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a; _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

⁶ Foucault usa o termo “saber-poder” para designar que o poder é constituído através de formas aceitas de conhecimento, assim, o “poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”, cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 30.

Se a disciplina visava o indivíduo, a biopolítica estende suas tecnologias para além do indivíduo, de forma a prolongar os efeitos sobre o que Foucault (2010) designa de poder *disciplinar*, tornando-o mais vasto, mais potente. É justamente no sistema jurídico da lei que a norma funciona:

A lei não pode deixar de ser armada, e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com essa ameaça absoluta. A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos⁷.

A partir desse quadro mais geral da biopolítica⁸, pode-se dizer que a vida se tornou alvo das técnicas políticas de um discurso essencialmente *normalizador*, no qual a instituição judiciária incide cada vez mais sobre aparelhos reguladores – médicos, administrativos, pedagógicos, etc.

Essas políticas de intervenção atestam uma preocupação com o “corpo” e o “sexo” – proliferação, nascimentos, mortalidade, higiene do corpo, nível de saúde, longevidade, etc. –, e, conseqüentemente, produz certo “racismo” nos mecanismos do Estado, que determina o que deve viver e o que deve morrer em termos biológicos, criando, assim, a raça inferior, degenerada. Em outras palavras, Foucault (2014) considera que a sexualidade emerge como dispositivo central na expansão da biopolítica – corpo-indivíduo; corpo-espécie –, que, estrategicamente, passa a investir, a garantir e a controlar os processos biológicos da população.

Vale dizer que biopolítica surge em pleno contexto de estruturação dos Estados-nação e se torna elemento essencial na construção das narrativas identitárias nacionais. No Brasil, a ideia de biopolítica chega com mais força nos anos 1930 e, mais especificamente, no Estado Novo varguista, inaugurando o que a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores (2002) chama de “era das etnias”⁹, em que a nação passa a ser associada à raça. Isto é, dentre os elementos que compõem o discurso da nação, conferindo sentido à ideia de pertença identitária, está a “raça”.

A raça será o dispositivo pelo qual se governará a população, funcionará como estratégia política de governo da população, articulada com as teses biodeterministas¹⁰, com o

⁷ FOUCAULT, 2014, p. 155.

⁸ Ibidem, p. 150.

⁹ Cf. FLORES, Maria Bernardete R.. “Ao Brasil dos meus sonhos”: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, SC, 2002, p. 11-37.

¹⁰ Sobre esse tema e sua especificidade no Brasil, ver FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.

movimento eugenista e mesmo sanitaria. Daí, podemos conjecturar a emergência de narrativas que falavam em regeneração da espécie, higiene, formação racial, como o caso da crônica escrita por Mesquita. Podemos dizer, portanto, que a biopolítica conduziu a eugenia, essa “ciência” que visava melhorar a raça.

Flores (2000)¹¹ argumenta que muitos intelectuais das décadas de 1920 a 1930 – tais como, Renato Kehl, médico e psicólogo; Hernani de Irajá, artista plástico e médico sexólogo; Afrânio Peixoto, médico jurista-criminal; entre outros¹² –, propagandearam a eugenia pelo Brasil, que, em seus métodos e estratégias, procuraram incansavelmente interpretar a cultura brasileira.

Essa geração de 1920 a 1940 procurava chamar a atenção das autoridades para o fato de que a humanidade estava a caminho da degenerescência, o que poderia ser facilmente percebido pelos índices de criminalidade, perversões, alcoolismo, vícios e de doentes mentais. De acordo com esse regime de verdades¹³, era a hereditariedade mórbida a grande causadora de “verdadeiras monstruosidades”: taras, assassinos, histeria, demências. Somente as teorias da eugenia poderiam mudar esse quadro de efervescência miasmática, que parecia se alastrar pelo Brasil daquele momento, abalar a ordem social e retardar o progresso do país.

Diante da “semente destruidora” que parecia assombrar o projeto de regeneração nacional, era preciso que rapidamente o corpo médico entrasse em cena e desempenhasse sua missão de melhorar o patrimônio hereditário. Assim, procurou-se operar uma inversão nas teorias raciais até então vigentes, isto é, ver positivamente a mestiçagem¹⁴ como formadora do povo brasileiro, que traria na alma ou mesmo no corpo traços do indígena ou do negro. Essa

¹¹ FLORES, Maria Bernardete R.. A política da beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. In: *Diálogos Latino-americanos*. Aarhus, 2000, p. 88-109.

¹² Conforme Flores (ibidem, p. 88), “Hernani de Irajá, entre as décadas de 1920 e 1940, produziu extensa obra, ilustrada com sua própria arte – desenho e fotografia de corpos nus –, para indicar os meios pelos quais a mulher brasileira poderia atingir os cânones da beleza clássica. Renato Kehl, seu contemporâneo, grande defensor da eugenia no Brasil, no livro *A cura da fealdade*, diz que seu desiderato era oferecer a médicos e educadores os meios para ‘melhorar o corpo humano, aformosá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim esse bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade...’ Afrânio Peixoto, médico jurista-criminal, grande educador brasileiro, em *Sexologia Forense*, relacionou a feição do corpo às taras, às degenerações, às bestialidades, à criminalidade, à hereditariedade dos raquitismos e das deformidades físicas, males que poderiam ser eliminados se colocadas em prática regras de higiene sexual”.

¹³ Conforme Foucault, cada sociedade possui seu próprio “regime de verdades”. Em outras palavras, significa dizer que cada sociedade acolhe um tipo de discurso que funciona como verdade, que não está isento de um interesse político e/ou econômico. Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

¹⁴ Na segunda metade do século XIX, por exemplo, a miscigenação chamava atenção dos europeus – viajantes que passavam pelo país, como o naturalista suíço Louis Agassiz e o diplomata francês Conde Joseph Arthur de Gobineau –, que consideravam-na como causa da degeneração civilizatória. Cf. SILVA, Mozart Linhares. Miscigenação e Biopolítica no Brasil. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 4, p. 192-210, 2012.

ideia de unidade nacional passava a privilegiar a miscigenação como pressuposta do branqueamento. Desse modo, os intelectuais desse período apontavam para os múltiplos fatores que dificultavam a homogeneidade de tendência ariana como base da nação brasileira: fatores geográficos, sociais, climáticos e étnicos.

Então, sob o ponto de vista biológico, era preciso que fossem criadas leis autorizando os poderes públicos a intervir, energicamente, no sentido de coibir a multiplicação excessiva e desordenada dos indivíduos considerados “incapazes” de produzir proles favoráveis para a criação de um tipo ideal eugênico brasileiro, visto que a herança genética era o meio pelo qual se poderiam produzir indivíduos “úteis” e se aperfeiçoar a raça.

Exemplo marcante de intervenção da biopolítica, encontramos no *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia* (1929)¹⁵, idealizado pelo Prof. Dr. Miguel Couto, e promovido pela Academia Nacional de Medicina em comemoração ao seu centenário, reunindo, de 1º a 7 de julho de 1929, no Rio de Janeiro, vários intelectuais – médicos, sociólogos, educadores. A pauta de discussão girava em torno do controle da reprodução dos indivíduos considerados “incapazes” e da criação de “políticas seletivas de imigração”, de forma a evitar que as conquistas obtidas pelos esforços e projetos de criação de um tipo ideal eugênico que habitaria o solo brasileiro não fossem frustradas. Tratava-se de normalizar a população, de transformá-la em um só corpo.

Em seu texto *A Eugenia no Brasil* (1929)¹⁶, apresentado no referido congresso, Kehl¹⁷, ao fazer um esboço histórico e bibliográfico sobre o avanço da eugeniização nacional, percebida como redentora da humanidade, dizia que:

Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimistas, – otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, nos congregar sob a bandeira de um ideal comum, para torná-la cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo, – regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas

¹⁵ CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Anais*. Rio de Janeiro, 1929.

¹⁶ KEHL, Renato. A eugenia no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Anais*. Rio de Janeiro, 1929.

¹⁷ Vale dizer que, diante das agitações teóricas que percorria o país, não havia consenso entre os intelectuais da época. Kehl, por exemplo, procurou propagandar a eugenia pelo Brasil e realizar campanhas contra miscigenação, que para ele resultava em degenerescência, desordem e vício, por mais que alguns médicos e intelectuais procurassem positivá-la. Nesse sentido, Kehl acreditava que era preciso divulgar esse conhecimento científico, difundir as questões biológicas e sociais em benefício da nacionalidade, criar estratégias para melhorar o patrimônio biológico da população brasileira e promover condições de aperfeiçoamento da raça futura. Cf. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma coisa mais que não tenha sido dádiva da natureza, – dos nossos empreendimentos, das nossas ações, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto da terra. Trabalhem, pois, para pôr moldura digna no grande quadro da natureza. Hoje poderemos dizer, com Mario Pinto Serva, um dos nossos evangelizadores: o Brasil está feito. Quanto, perguntamos nós, poderemos dizer? – também o brasileiro¹⁸.

Desde a década de 1920, com a sensação de “degeneração racial”, o meio médico procurou impulsionar os investimentos no processo de eugeniização. Kehl, por exemplo, reivindicava uma medicação útil contra o que chamava de “doenças nacionais” – analfabetismo, instrução profissional, alcoolismo, taras, exuberância sexual. Assim sendo, acreditava que o médico não deveria ficar timidamente afastado da política, pois havia uma dependência mútua entre ambos, em que a arte médica cuidaria do bem estar do povo, que por sua vez, faria com que os médicos fossem políticos ativos. Afinal, “toda política deve ser essencialmente uma política do futuro, uma política biológica”¹⁹.

Esses discursos históricos, respaldados na ideia da regeneração social e moral dos cidadãos pelas medidas eugênicas, propagaram-se por todos os cantos do país. A formação do povo brasileiro e a construção da identidade nacional passaram a emergir gradativamente nos textos de médicos, juristas, educadores, jornalistas e escritores, desde o final do século XIX, preocupados em detectar na genealogia familiar a presença de elementos degenerativos, sob a égide das teorias racistas europeias²⁰.

Flores (2000)²¹ retrata que se, por um lado, os degenerados deveriam ser excluídos ou mesmo extinguidos da nação por serem caracterizados como “maus” e por estarem presos a uma força que o subjugavam biologicamente – a hereditariedade –, por outro lado, se evidenciava os aspectos europeizantes entre a etnia brasileira, que “deveria ser construída e expressa na postura civilizada do corpo”. O branqueamento do povo, almejado pelos intelectuais desse período, estava intrinsecamente ligado a um processo educacional do corpo: conduta sexual, estética corporal e sociabilidade.

No fim, a geração de intelectuais de 1920, por considerar que o povo brasileiro ainda estava em formação, defendia a necessidade de se criar instituições que assegurasse a unidade

¹⁸ Ibidem, p. 58.

¹⁹ Ibidem, p. 50.

²⁰ Esse movimento de ideias vindas da Europa ocidental, desde meados do século XVIII ao século XX, despertou o interesse das elites políticas e intelectuais, que passaram a associar a construção de uma identidade nacional com o aperfeiçoamento da raça, no qual a estética corporal seria algo próximo do progresso e desenvolvimento da nação. Cf. FLORES, 2000, p. 92-4.

²¹ FLORES, op. cit., p. 90-1.

da nação. Afinal, era o saber médico, associado à educação, capaz de aperfeiçoar a sociedade, transformando em realidade o sonho de um novo mundo civilizado e moderno.

Produção, reprodução e circulação em Mato Grosso

Para que houvesse continuidade no funcionamento das teorias científicas, de modo a condicionar visibilidade, aceitação e circulação nos estados brasileiros, havia a necessidade que se estruturasse uma rede, que de alguma maneira “beneficiaria” os vários agentes sociais que a utilizassem e que a partir dela articulassem suas atividades profissionais. Nesse sentido, o texto *Belleza Cuyabana* nos permite dar visibilidade à interlocução de Mesquita com os pensadores eugênicos e com o conhecimento que estava sendo produzido, legitimado e veiculado no Brasil.

Antes, porém, há que se destacar duas questões essenciais, como nos lembra o historiador Luis Ferla (2009)²². Em primeiro lugar, esses grupos doutrinários trabalhavam preponderantemente para o Estado, salvo raras exceções. Isto é, eram funcionários de instituições estatais, como das Faculdades de Medicina, de Direito. Em segundo lugar, tratava-se de um grupo pequeno. Desse modo, encontravam-se inúmeras vezes o mesmo nome nas revistas, nos jornais, nos congressos de medicina, de direito e em outras áreas afins.

Voltando à complexidade da rede, Ferla (2009) argumenta que esse seu caráter circular não era ativada pela quantidade de seus membros, mas pela eficácia de seu funcionamento. Isto é, o que tornava os saberes científicos um discurso operante era exatamente por ser produto de conhecimentos específicos e especializados, constantemente atravessados por mecanismos de ajustes e de sucessivas reformulações. Por isso circulavam e se espalhavam por todo o sistema repressivo do Estado, como no universo jurídico, policial, escolar.

Para pensar o “percurso circular”²³ do saber científico, o funcionamento em rede do regime de verdades, as ressonâncias e reprodução dos discursos eugênicos na cidade de Cuiabá, recorreremos ao texto de Mesquita. Isso porque, ao situar o saber produzido por esse pesquisador em rede, é possível perceber a transferência de poder e a reafirmação do discurso produzido no Brasil, isto é, uma rede de conexões potenciais – aceitação, circulação e proliferação.

²² FERLA, op. cit., p. 63.

²³ Ibidem, p. 170.

De qualquer modo, esse regime de verdades não tardaria a compor os inqueritos policiais, os exames médicos, as revistas e a literatura regionalista. Mesquita, porta-voz de um discurso hegemônico²⁴, pautado sob as leis da eugenia e da higiene que se espalharam pelo mundo ocidental e pelo Brasil, revela importantes pistas em suas crônicas sobre o “projeto de regeneração cuiabana”, ou mesmo de um cultivo de raça.

A produção literária, os jornais, as revistas, também eram lugares nos quais se inscreviam as normas e os valores, legitimados pelo estatuto intelectual que lhes eram atribuídos. É o caso da crônica *Belleza Cuyabana*, datada de fevereiro de 1928, que compõe a série de crônicas sob o título *Gente e cousas de antanho*, publicadas desde 1925 no jornal *A Cruz* por Mesquita, e posteriormente reunidas na *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*:

Fato é sabido e ressabido que a beleza física se herda e se transmite, constituindo-se, destarte, em certos grupos étnicos ou famílias uma vera tradição de linhagem formosa ou repelente. Aplicando-se a Mato Grosso o método que na sua nunca assaz gabada monografia “Evolução do povo brasileiro” empregou Oliveira Vianna, para pesquisar as origens do nosso eugenismo, veremos que não nos faltam os chamados elementos de arianização, desde que consideremos o *processus* [sic] pelo qual se formou a estrutura racial do mato-grossense, o que vale para o caso, do cuiabano²⁵.

Tal crônica, na íntegra, é um importante discurso inspirado nas ideias eugenistas que percorreram o Brasil daquela época. De fato, Mesquita procurou aí delinear, através dos descendentes, o coeficiente eugênico na formação racial do tipo mato-grossense, procurando afirmar que não haviam faltado elementos de “arianização” nesse processo.

Diferentemente do que muitos de seus leitores acreditam, Mesquita não estava preocupado com um história da família como aponta Machado Filho (2006)²⁶, mas se tratava de uma fixação ou mesmo de uma obsessão em virtude de sua “leitura antropológica” associada a sua “formação moral cristã”. Em outras palavras, o pesquisador argumenta que preocupado com a linha limítrofe que as teorias da criminologia²⁷ situavam entre a ancestralidade e a degenerescência promovida por cruzamentos entre indivíduos

²⁴ O discurso hegemônico estabelecia papéis diferenciados para homens e mulheres, e espaços de poder para ambos.

²⁵ MESQUITA, José de. *Belleza Cuyabana*. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1943-1944, p. 10.

²⁶ MACHADO, op., cit., p. 122.

²⁷ Conforme Machado Filho, Mesquita poderia ser considerado como pertencente a “escola sociológica”, que, ao contrário da “antropologia criminal lombrosiana que afirmava que o criminoso nato mais dia menos dia veria aflorar suas taras e propensões para o crime porque trazia o estigma da degenerescência herdada de seus antepassados, a chamada escola sociológica, ainda que concordando com a tese basilar do criminoso nato, afirmava que era necessário um meio adverso para que os estados mórbidos, taras e indivíduos degenerados florescessem e dessem origem à violência e ao crime”. Cf. MACHADO, op., cit., p. 121.

consanguíneos, Mesquita buscava exaltar as virtudes tradicionais do cuiabano, tracejando a tradição de “linhagem formosa”.

Para tanto, ao mapear o processo de formação da estrutura racial mato-grossense, Mesquita, procura discorrer em seu texto sobre os dotes físicos das “patricias de antanho”, como chega a designar. Isto é, trata-se de delinear as virtudes tradicionais da cuiabana. Por exemplo, dizia que se observássemos o ocupador luzo, que em muito povoou o estado de Mato Grosso nos meados do século XVIII, notar-se-ia evidente influência étnica na formação de um tipo que se não fosse “perfeito”, deveria manter no mínimo as linhas estéticas dos peninsulares da Ibéria.

Nesse grupo formador, Mesquita enquadrava ainda a “nobiliarquia paulista” – tipo dolico-louro –, a ascendência portuguesa, o “sangue ibérico”, como também, as indígenas – “Parecis” e “Guaicurus” –, que causariam invejas em muitas belezas dos grandes salões, por suas delicadezas e aspectos simpáticos²⁸. Ao buscar inventar a identidade da cuiabana, Mesquita opera, simultaneamente, com a inversão da imagem de selvajaria e de fealdade associada ao indígena no período colonial pela Europa, e com a desconstrução da imagem de um estado degenerado, incivilizado, inóspito e inferior, assim visto pelos próprios centros culturais do Brasil.

Vale lembrar, conforme Kehl²⁹, que a fealdade era considerada como efeito do desequilíbrio causado pelas doenças e pelos processos degenerativos. Então, as leis da hereditariedade significava o meio de corrigir essas imperfeições e de embelezar as raças futuras. É a esse processo biológico, que Mesquita atribuía metaforicamente o fato de abrotar “flores de graça e de idealidade” no solo mato-grossense, sendo que,

A consanguinidade foi uma dessas circunstancias. Elevando a herança à sua máxima potência, no dizer de Sanson, a consanguinidade opera a degenerescência e também, por outro lado, o aperfeiçoamento. Em tipos de eleição, ela apura as qualidades físicas e mentais – e é conhecido o quanto ela acutou nas uniões matrimoniais em Mato Grosso, como, em geral, em todo o *interland* brasileiro, em que a endogamia é a face mais comum do casamento³⁰.

É justamente nesse ponto, que percebemos como o casamento passava a desempenhar papel importante dentro desse regime de verdades. Afinal, era este o meio para garantir o aperfeiçoamento da raça brasileira, como também do cuiabano, visto que a “consanguinidade” representava tanto uma dicotomia entre a degenerescência e a perfeição, quanto uma oposição

²⁸ MESQUITA, op. cit., p. 10.

²⁹ KEHL, op. cit., p. 45-58.

³⁰ MESQUITA, op. cit., p. 12.

entre uma desordem social e uma ordem ideal, sendo a interferência do médico e de outros intelectuais considerada indispensável.

Desse modo, os discursos eugênicos, juntamente com os critérios higiênicos, estabeleciam novas regras para as relações sociais, justificadas pelo desejo de sanar os processos degenerativos e de aperfeiçoar a população brasileira racialmente, moralmente e socialmente. Em Cuiabá, por exemplo, se alertava entre os anos de 1939 e 1940, aos leitores e leitoras do jornal *O Estado de Mato Grosso*, sobre os fins do exame “pré-nupcial”³¹:

- 1º Impedir a geração de sífilíticos congênitos;
- 2º Retardar o matrimônio de indivíduos infectados até que a enfermidade deixe de ser transmissível;
- 3º Reduzir o tributo de vidas e sofrimentos que cobra a sífilis a cada ano.
- 4º Diminuir os gastos que acarretam ao público a manutenção de estabelecimentos dedicados à assistência a vítima da sífilis;
- 5º Contribuir para a felicidade conjugal, alimentando uma vida familiar;
- 6º Estimular o tratamento voluntário de pessoas infectadas que estejam pensando no matrimônio;
- 7º Educar o público quanto à natureza da sífilis e seus métodos de propagação.

Segundo Pierre Darmon (1991)³², para os eugenistas da *Belle Époque* era obrigatório a entrega do certificado pré-nupcial, no qual a pessoa declararia não ser portadora de doença venérea, tuberculose, epilepsia, alcoolismo, alienação mental. Em 1933, o pensador adverte que esse tipo de documento era exigido em países como “Argentina, Bolívia, Brasil, Estônia, Dinamarca, seis estados dos Estados Unidos, Luxemburgo, México, Noruega, URSS, Suécia e Turquia”.

Além do mais, conforme a historiadora Maria Izilda Santos de Matos (2003)³³, o discurso eugênico considerava alguns pontos fundamentais para a regeneração racial, tais como,

[...] a luta contra a sífilis, vinculada à defesa da abstinência sexual antes do casamento, e a fidelidade conjugal como elementos saneadores da sociedade; combate à prostituição, ao álcool e às drogas; defesa da educação sexual e moralização dos costumes; o aperfeiçoamento de medidas legislativas de higiene pré-nupcial.

³¹ CLARK, Walter. Exame pré-nupcial. In: *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: 1939-40.

³² DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 199.

³³ MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p. 114.

Então, para o discurso científico da medicina, uma das medidas de combate contra a degenerescência era o exame “pré-nupcial”, considerado imprescindível para a realização das uniões matrimoniais. Isto porque, havia se tornado importante selecionar o parceiro conjugal. O relatório de exame “pré-nupcial” produzido pelo saber médico, funcionava no meio social como discurso de verdade, formulado por indivíduos qualificados, daí seu estatuto de cientificidade.

Em todo caso, não se tratava mais da herança e sim da hereditariedade. Isso porque, nas linhas gerais genealógicas, esse processo biológico era considerado um meio de garantir o aperfeiçoamento da raça, uma herança genética que asseguraria e conservaria qualidades ou características físicas de determinado grupo familiar. Como pondera Jurandir Freire Costa (1999)³⁴, o “dinheiro” e o “*status*” herdados só eram referenciados se estivessem em conformidade com a “boa saúde física” e uma “boa constituição moral”, isto é, valorizava-se mais o corpo, o sexo e a moral do que as linhagens.

Nessa direção, Foucault (2014)³⁵ pontifica que as famílias pareciam portar e esconder “[...] uma espécie de brasão invertido e sombrio, cujos quartéis infamantes eram as doenças ou as taras da parentela, a paralisia geral da avô, a neurastenia da mãe, a tísica da caçula, as tias histéricas ou erotômanas, os primos de maus costumes”.

Então, nas uniões matrimoniais não se tratava mais da herança e sim das ameaças que a hereditariedade poderia desencadear. Afinal, o que estava em jogo era justamente a “felicidade”³⁶, que só poderia ser alcançada e assegurada pela homogeneidade social, pela vida familiar, pela ordem médica e, principalmente, pela intervenção do Estado.

Diante das resistências aos projetos de intervenção e à subversão dos valores, entrava em cena a tática de desmoralização dos nomeados como degenerados, transformados em adversários da higiene, da moralidade social e da procriação de uma prole considerada robusta. Daí decorre a importância em investir na educação moral, que exigia da instituição familiar e escolar a vigilância constante dos indivíduos, promovendo o comportamento reprimido e disciplinado; e na educação sexual, que procurava conduzir as condutas sexuais de mulheres e homens para a procriação no âmbito familiar.

Podemos apontar dois pontos principais de investimento do discurso eugênico: por um lado, o corpo feminino, que associado ao papel biológico de reprodução, denotava um sentido

³⁴ FREIRE, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, 222.

³⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 136.

³⁶ FREIRE, op. cit., 222.

social, de dedicação aos filhos e aos demais membros da família; por outro lado, e como efeito do primeiro, a degenerescência, fator que deveria ser combatido por medidas intervencionistas, tais como, o exame “pré-nupcial”, visto anteriormente. É esse contraste que encontramos em Mesquita³⁷:

Daí, se manter em certas famílias, o tipo quase uniforme, inconfundível, que, às vezes, na linha feminina, cria dinastias de beleza, nas quais, da morgadinha à velha avó, se pode acompanhar a evolução do tipo individual nas linhas gerais da raça. E daí também – infelizmente – a recíproca, que, abastardando o tipo, quando já no ative da degenerescência, faz que, em certos grupos familiares, se conserve a tradição da fealdade, como em outros a da beleza, contraste doloroso, mas de que se ias, ao cabo, a harmonia da vida e o equilíbrio dos seres...

Embora historicamente sem muito sucesso, esse projeto civilizador acreditava que era preciso conter a suposta degeneração, estimulando a higienização e promovendo a eugenia. Afinal, esses projetos políticos normativos pretendiam estabelecer uma nova linguagem moral, social e política, forjando, assim, a mulher e o homem civilizados.

Estrategicamente, o corpo feminino se tornou alvo de discursos analíticos e específicos da medicina. Isso porque, era exatamente seu sexo e sua sexualidade, capaz de proliferar, de revigorar e reforçar a espécie, de garantir o futuro saudável da população, que deveriam ser vigiados pelos mecanismos de poder. Para Foucault (2014), todas essas estratégias estavam em consonância com uma curiosa ligação entre o poder e o prazer: justamente essa vontade de saber que forçou a técnica científica a verificar as especificidades do corpo, que passou a ser considerado o lugar da sexualidade, e por isso não poderia ser mais ignorado.

Em todo o caso, o sexo e o comportamento sexual estavam no centro das discussões de médicos, de juristas, de educadores, e das políticas de controle na Europa desde meados do século XVIII. Desde então, para Foucault (2014) o corpo feminino, enquanto comportamento moral precisou estrategicamente ser disciplinado e individualizado, e enquanto pertencente a um processo biológico – procriação e sexualidade –, deveria ser vigiado permanentemente pelo poder conferido à biopolítica.

É, nesse sentido, que a mulher passa a ter, dentre as obrigações cívicas e os deveres patrióticos, a missão de cuidar dos filhos, pois o aperfeiçoamento moral da sociedade e o desenvolvimento nacional dependiam da maternidade. Matos³⁸ argumenta que o discurso eugênico ao procurar difundir as ideias de aperfeiçoamento da raça, se apoiava no que a pesquisadora chama de “maternologia”, que contribuía para reforçar o papel social e cívico da

³⁷ MESQUITA, op. cit., p. 13.

³⁸ MATOS, op. cit., p. 112.

mulher associado à maternidade, como meio de garantir a sobrevivência e o melhoramento das gerações futuras:

Esse discurso representava a maternidade como um "mandado biológico", mas também como função que "enaltece e glorifica a mulher", devendo esta desenvolvê-la em todo o seu potencial. Frequentemente, a representação da maternidade transbordava seu caráter biológico para abarcar um significado social, segundo o qual deveriam ser desenvolvidos os "sentimentos maternos" que justificariam a dedicação aos filhos e aos demais membros da família, bem como a filantropia feminina e a própria função de educadora.

Conforme Matos³⁹, as campanhas profiláticas e educativas, impulsionadas por médicos, higienistas e reformadores sociais, representou a “profissionalização” da maternidade, objetivando acabar com as altas taxas de mortalidade de mães e filhos. Como efeito dessas ações preventivas, o trabalho feminino no mundo público era visto como fator de comprometimento tanto da saúde e dignidade da mulher, quanto da mortalidade infantil e desordem social.

A leitura aguçada de tais discursos nos revelam intenções que iam além da intransigência na defesa da prole. Como diz Flores (2002)⁴⁰, “nas mães era depositada toda a responsabilidade da regeneração da raça, enfatizando-se o papel conservador da mulher enquanto progenitora dos filhos e da nação”. Daí, talvez, o motivo que levou Mesquita a intitular sua crônica “*Belleza Cuyabana*” no feminino, deixando subtendida a responsabilidade depositada na mulher para executar o projeto de uma “regeneração cuiabana”. Afinal, em defesa da raça e do Estado, investia-se no controle do corpo das mulheres, reduzida a figura de “mãe-higiênica”⁴¹, seja por sua capacidade de “gerar” vidas, seja por sua responsabilidade para com os filhos.

De um modo geral, o conhecimento científico que estava sendo produzido nos grandes centros brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, também era reproduzido e circulado na cidade de Cuiabá. Eram os jornais, as revistas, os relatórios médicos, as interpretações da *razão* e da *ciência* da época, que tematizavam e alertavam para os processos degenerativos – criminalidade⁴², prostituição, alcoolismo, fealdade.

³⁹ Ibidem, p. 111-2.

⁴⁰ FLORES, op. cit., p. 23.

⁴¹ FREIRE, op. cit., p. 55.

⁴² Preocupado com a criminalidade no estado mato-grossense, Mesquita (1936) buscou analisar os crimes célebres ocorridos em Cuiabá, de 1727 a 1879, associando-os, na sua grande maioria ou quase totalidade, aos estigmas degenerativos ou às grandes paixões alucinadoras, considerados um estímulo para a ocorrência da violência. Desse modo, o criminoso agia segundo impulsos instantâneos, que poderiam estar ligados tanto à libido, quanto ao estado de embriaguez alcoólica, quando não esses dois fatores combinados. Cf. MESQUITA, op. cit..

Embora fosse um pequeno grupo de intelectuais brasileiros, foram eles que introduziram o racismo nos mecanismos do Estado, ao investirem numa política de prevenção dos desvios sociais em relação à população e para população. Então, em busca de regenerar e melhorar a raça humana, as autoridades do Estado intervinham socialmente e moralmente, objetivando assegurar o desenvolvimento do país.

Mesquita parecia acreditar na eficiência do processo eugênico para a construção e aperfeiçoamento da raça cuiabana, reproduzindo tais discursos na sua crônica e em outras produções intelectuais. Podemos dizer, portanto, que o desejo de construção da nacionalidade brasileira estabelecida por um projeto político intervencionista, revela que a sexualidade de mulheres e homens era considerada o meio de organizar a humanidade e de construir uma identidade étnica ou de raça tanto a nível nacional, quanto regional.

Considerações finais

O discurso da eugenia, associado aos processos de saneamento e higienização, se imbricaram no projeto de regeneração nacional. Com efeito, tanto médicos, quanto juristas, educadores, psicólogos, literatos, escritores, jornalistas, compartilharam e reproduziram essa ideologia nacional, como sinônimo de progresso e desenvolvimento da nação.

O sonho da geração de intelectuais do início do século XX, não ficou restrito apenas aos grandes centros culturais do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. Pelo contrário, para ganhar legitimidade e força, foi difundido por todo o país. É justamente essa reprodução e circulação que procuramos evidenciar ao longo deste trabalho, dando visibilidade às ressonâncias do projeto eugênico e de regeneração racial na crônica *Belleza Cuiabana* escrita por Mesquita.

Além do mais, a crônica nos revela o desejo de regeneração da raça cuiabana e o esforço de Mesquita em mostrar que não haviam faltado elementos de “arianização” na formação do mato-grossense, desde que observássemos as linhas genealógicas de nossos ancestrais.

É o desejo de manter a beleza e a perfeição corporal, ou mesmo de aperfeiçoar a raça seguindo as leis da hereditariedade e corrigindo os processos degenerativos, que percebemos todo um movimento em rede dos conhecimentos científicos e dos projetos políticos de intervenção no meio social. Para tanto, o casamento foi estimulado como forma de assegurar a

modernização e o desenvolvimento da nação, passando o médico a desempenhar papel decisivo nas relações sociais, de forma a controlar a vida sexual de mulheres e homens.

A mulher, perante as pautas culturais e normativas que circularam no país daquele momento, era vista como produto de seu sistema reprodutivo. Então, para os discursos médicos a função social da mulher era de cuidar da saúde e do bem-estar familiar, e de lidar com as lides domésticas. Além do mais, o corpo feminino deveria ser controlado, pois era seu poder de gerar vidas que garantiria o aperfeiçoamento da raça. No fim, esse regime de verdades associava a sexualidade da mulher à procriação e ao matrimônio.

Portanto, o discurso eugênico, em sua repetição e circularidade, revela o desejo de impor uma nova ordem, de civilizar e aperfeiçoar a nação brasileira. Para tanto, enquanto política social procurou intervir na população visando assegurar a regeneração da raça, através da maternidade responsável, do casamento eugênico, e da higienização das famílias e das cidades.